

## **Memória do I Encontro de Projetos Apoiados pelo Programa de Conservação da Biodiversidade do Litoral do Paraná**

<b>Data:</b> 09 e 10 de abril de 2025	<b>Local:</b> Eko Park – Morretes/PR
<b>Horário:</b> 09:00 – 18:00	
<b>Número total de participantes:</b> (conforme lista de presença, Anexo I)	
Secretaria Executiva: Daniela Leite, Julia Costa Membros do Conselho: Camile Lugarini, Rafael Metri, Claudia Rios, Rodrigo Torres, Anne Zugman, Ricardo Brochado, Pablo Borges, Camila Domit, Ariel Scheffer da Silva, Erico Emed Kauano.	
Representantes dos projetos Convidados: Monique Cheker, Lara Gama Vidal (relatoria), Márcio (moderador), Mariana Gogola (consultora do Encarte de Monitoramento do Programa), Stephane Sena, Jéssica Amaral (DePropósito).	

### **Primeiro dia – 09/04/2025**

O I Encontro Presencial do Programa de Conservação da Biodiversidade do Litoral do Paraná teve início com as boas-vindas da Secretaria Executiva, Daniela Leite, que convidou Tatiana, representante do espaço anfitrião, para apresentar o local. Tatiana compartilhou que o Eko, cuja palavra significa “morada”, possui uma área de 238 hectares, e que há estudos em andamento para transformar parte da propriedade em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), com o objetivo de integrar esforços com outros proprietários visando à formação de um corredor ecológico.

Na sequência, Márcio convidou os membros da mesa de abertura: Monique Cheker (Ministério Público Federal), Ricardo Brochado (ICMBio), Daniela Leite (do FUNBIO) e Camila Domit (Presidente do Conselho Gestor do Programa). Daniela contextualizou os objetivos e avanços do Programa. Monique destacou a importância e relevância da iniciativa diante da crescente degradação ambiental na região. Ricardo enfatizou a necessidade de alinhamento entre os projetos apoiados e os resultados esperados, enquanto Camila ressaltou que o Programa se encontra em um momento estratégico para avanços, contando com recursos e articulação.

Durante as falas, Jacson, representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Pontal do Paraná, manifestou preocupação com o aumento da ocupação desordenada no litoral, especialmente após a pandemia, evidenciando desafios sociais. Camila complementou afirmando a importância da estruturação dos conselhos gestores das Unidades de Conservação como espaços de diálogo institucional. Daniela pontuou que a frase-síntese do encontro seria: “Desafios, oportunidades e sinergias”.

Após a dissolução da mesa, Mariana Gogola apresentou os resultados das oficinas de monitoramento realizadas e os próximos passos previstos no acompanhamento dos projetos (Anexo II). Daniela reforçou a intenção de realizar visitas aos projetos apoiados, às prefeituras e às UCs sob gestão do ICMBio, sobretudo aqueles que receberam recursos em 2023.

Durante os debates, Natasha questionou a previsão de indicadores de longo prazo, sendo esclarecido por Mariana que o encarte do Programa contempla indicadores de curto, médio e longo prazo, com foco inicial nos dois primeiros. Houve consenso de que o monitoramento não constitui uma Linha Temática (LT) própria, mas é essencial à gestão do Programa. Valmir, do LAGEAMB, questionou sobre a criação de uma base de dados consolidada, e Mariana explicou que esse ponto foi levantado nas oficinas e já há iniciativas em andamento, embora ainda incipientes, mas ainda sendo necessário um olhar mais aprofundado sobre o tema. Camila acrescentou que o levantamento recente oferece uma visão ampla, útil para a tomada de decisões e também para subsidiar ações do ICMBio.

Além disso, foi consenso sobre a necessidade de atualizar o cadastro da pesca e melhorar o acesso aos dados de monitoramento, bem como de articular com o IBAMA práticas de fiscalização de embarcações de grande porte. Propôs-se a criação de um Grupo de Trabalho específico para integrar fiscalização terrestre e pesqueira, apoiado por sistemas de alarme e monitoramento de perímetro nas UCs.

Ariel, do IFPR, sugeriu que o Programa estabeleça diálogo com a Fundação Boticário, apontando experiências similares na apresentação de resultados anuais aos conselhos deliberativos. Ricardo Brochado destacou a importância de compreender as diferentes escalas de monitoramento e incentivou que todos reflitam sobre sua contribuição concreta ao Programa.

Matheus, do Instituto Meros do Brasil, relatou as dificuldades enfrentadas por coordenadores quanto à relação com comunidades tradicionais e mencionou a judicialização levantada no Fórum de Guaraqueçaba. Camila Domit esclareceu que o processo previsto na OIT 169 é consultivo e não deliberativo, e que a regularização dos projetos deve estar atrelada às licenças ambientais pertinentes (SISBIO, SISGEN). Monique reforçou que não há possibilidade de nova judicialização do Termo de Acordo Judicial (TAJ), e que cabe ao MPF e MPE acompanhar sua execução. Destacou ainda que o diálogo com as comunidades é importante, mas não deve paralisar os projetos.

Daniela reforçou o compromisso do Programa em seguir as orientações do Ministério Público e garantir o repasse claro das informações aos coordenadores. Rodrigo Delonga, da Prefeitura de Paranaguá, questionou sobre possíveis aportes financeiros para áreas urbanas próximas ao manguezal. Monique esclareceu que o Programa pode apoiar projetos nessas áreas desde que estejam inseridos nos Recursos e Valores (RVs), como é o caso do manguezal. Paranaguá ou uma organização da

sociedade civil poderiam, portanto, apresentar propostas focadas em monitoramento e recuperação de áreas degradadas.

Encerrando o período da manhã, Márcio destacou que o objetivo do evento era fomentar sinergias e intercâmbio entre os projetos. As atividades da tarde seriam voltadas à integração entre os participantes e ao fortalecimento das trocas institucionais.

As atividades da tarde iniciaram com uma dinâmica de apresentação entre os participantes, em que cada pessoa sorteava outro participante para apresentá-lo, formando uma grande roda de integração. Em seguida, os presentes foram divididos em cinco grupos, onde cada integrante teve a oportunidade de apresentar seu projeto.

Na segunda parte, foi realizada a dinâmica do “Café Mundial”, em que os grupos discutiram uma Linha Temática do Programa, com a escolha de um relator para cada tema:

- Proteção: Roberto Fusco
- Manejo e Conservação: Rafael Metri
- Gestão Socioambiental: Camila Domit
- Estruturação de Unidades de Conservação: Érico Kauano
- Uso Público: Rodrigo Condé

Devido à limitação de tempo, os participantes desenvolveram contribuições específicas para três das cinco mesas temáticas, entretanto todos teriam oportunidade de contribuir com todos os temas em plenária.

As discussões geradas ao longo do dia reforçaram a importância do Programa como articulador de esforços institucionais e sociais em prol da conservação da biodiversidade no litoral paranaense, além de indicar caminhos para o aprimoramento de suas ações e mecanismos de monitoramento.

### **Segundo dia – 10/04/2025**

O segundo dia do I Encontro Presencial teve início com a retomada das discussões das Linhas Temáticas iniciadas no dia anterior, no formato de mesa-redonda. O primeiro tema abordado foi Proteção, conduzido por Roberto Fusco. Em sua exposição, destacou-se a necessidade de integrar dados e promover uma gestão compartilhada entre diferentes esferas de atuação. Como desafio central, foi apontada a institucionalização de um sistema padronizado de coleta e análise de informações, incluindo o fortalecimento da vigilância comunitária por meio da integração de ações de educação ambiental e de mecanismos de pagamento por serviços ambientais. Adicionalmente, enfatizou-se a necessidade de ampliar a atuação de guarda-parques e de promover a

capacitação de brigadistas comunitários, visando a um monitoramento mais efetivo do perímetro das UCs.

Entre as soluções discutidas, propôs-se o uso de Inteligência Artificial, condicionado à padronização dos dados, e a adoção da ferramenta SMART, financiada com recursos do Programa. Sugeriu-se, ainda, a estruturação do LAGEAMB como base receptora de dados, viabilizando análises e consultas sistematizadas por meio da criação de um Núcleo de Gestão Territorial e Inteligência. Também foi proposta a atuação da OC2 no desenho de estratégias em nível estadual, assim como a produção de materiais de orientação à população sobre denúncias de infrações ambientais.

Reiterou-se a necessidade de destinar recursos financeiros à contratação de pessoal e à infraestrutura necessária para a operacionalização dessas ações. Destacou-se, ainda, a importância de engajar as comunidades locais no monitoramento e fiscalização, por meio da implementação de pagamentos por serviços ambientais (PSA), da atuação de guarda-parques e da sensibilização de estudantes. A educação ambiental foi reforçada como ferramenta essencial para a geração de valor e o fortalecimento do sentimento de pertencimento à região.

Também se enfatizou a relevância da transparência nos processos de denúncia e da modernização dos mecanismos de detecção de infrações. Mencionou-se o uso de tecnologias como gravações sonoras e a plataforma PREPs, apesar dos desafios operacionais e de acesso. Camila Domit informou que o PREPs está atualmente integrado ao Global Fishing Watch e que será realizado um curso sobre a plataforma em Florianópolis, nos dias 23 e 24 de abril. Por fim, foram apresentadas sugestões de cooperação institucional para formação técnica e ampliação da capacidade de uso do PREPs.

Na sequência, Érico Kauano apresentou a mesa sobre Estruturação e Consolidação das Unidades de Conservação (UCs). Durante sua fala, destacou-se o potencial de ferramentas adotadas pelo ICMBio, como o SAMGe (Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão), para avaliar e acompanhar a efetividade da gestão das UCs. Sugeriu-se apresentar o SAMGe ao Governo do Estado e aos municípios, bem como promover a realização de cartografia social e etnomapeamentos participativos para valorizar saberes tradicionais na delimitação e sinalização das Unidades de Conservação, contando ainda com o apoio do Programa ao Instituto Água e Terra (IAT) na regularização fundiária desses territórios.

Em assembleia, os participantes compartilharam reflexões e contribuições, permitindo sistematizar as prioridades da Linha Temática em três eixos principais: políticas públicas e financiamento, regularização fundiária e reconhecimento territorial, e integração com comunidades e monitoramento.

No primeiro eixo, voltado ao fortalecimento de políticas públicas e instrumentos de financiamento, destacou-se a importância de apoiar a implementação de políticas municipais de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), especialmente por meio da capacitação técnica das prefeituras. Sugeriu-se o desenvolvimento de cartilhas práticas sobre o ICMS Ecológico, com foco na destinação dos recursos para a conservação das UCs e no estímulo à criação de legislações locais que garantam essa vinculação. A mobilização dos municípios para o reconhecimento e investimento em suas áreas protegidas foi apontada como estratégia essencial, incluindo o aprimoramento dos cálculos de repasse do ICMS Ecológico para UCs estaduais, com apoio técnico do Departamento de Apoio Técnico (DAT).

O segundo eixo abordou a regularização fundiária e o reconhecimento dos territórios tradicionais. Foi apontada como prioridade a realização de diagnósticos dominiais e levantamentos fundiários das UCs, com recomendação para que essas ações sejam contempladas nas futuras chamadas públicas do Programa, inclusive com possibilidade de vinculação aos recursos do ICMS Ecológico. Discutiu-se, também, a necessidade de estimular o Instituto Água e Terra (IAT) a atuar mais diretamente no tema. Outro ponto central foi a demarcação e sinalização dos limites das UCs, entendidas como fundamentais para garantir segurança jurídica e orientar o uso adequado dos territórios. Em paralelo, propôs-se a realização de levantamentos participativos com comunidades tradicionais, por meio de cartografia social e etnomapeamentos, como forma de valorizar os saberes locais e fomentar o planejamento inclusivo da gestão territorial.

O terceiro eixo concentrou-se na integração com comunidades e no aprimoramento dos sistemas de monitoramento. Os participantes reforçaram a importância de fortalecer os compromissos das UCs com os territórios e comunidades que as compõem e protegem, reconhecendo suas interdependências socioambientais. Entre as proposições, destacou-se a elaboração de pesquisas de percepção junto às populações locais e gestores públicos, com o objetivo de identificar convergências e lacunas na implementação das ações de conservação. Ressaltou-se, ainda, a urgência de desenvolver um sistema de monitoramento simples, acessível e territorialmente adequado, capaz de produzir uma leitura sistêmica e contínua sobre os efeitos do Programa.

No campo da gestão, sugeriu-se a ampliação da participação das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), com incentivo à sua formalização no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Por fim, recomendou-se o fomento à adesão dos municípios ao sistema SAMGe, mediante o desenvolvimento de roteiros metodológicos para elaboração de planos de manejo, acompanhados de ferramentas práticas que facilitem sua aplicação.

Rafael Metri apresentou os resultados da mesa temática sobre Manejo e Conservação, enfatizando a necessidade de criação de um Núcleo Cooperativo de Inteligência Ambiental, com o objetivo de integrar informações estratégicas e fortalecer a articulação entre planos de manejo, pesquisas e ações de conservação. Destacou-se a urgência de elaborar e revisar os planos de manejo das Unidades de Conservação (UCs), bem como de estruturar ou reativar os respectivos conselhos gestores, assegurando a governança participativa e a efetividade das ações.

Foi ressaltada a importância de alinhamento com os Planos de Ação Nacionais (PANs) e demais diretrizes técnicas e normativas, valorizando sua incorporação tanto nos planos de manejo quanto nos instrumentos de planejamento do Programa. Nesse sentido, sugeriu-se o desenvolvimento de planos de pesquisa integrados, com base nas demandas identificadas nos próprios planos de manejo, contribuindo para o fortalecimento da base científica das decisões de gestão.

Além disso, foi proposta a elaboração de protocolos específicos para o controle e manejo de espécies exóticas e invasoras, definindo procedimentos claros para identificação, contenção e erradicação. Paralelamente, sugeriu-se o fomento de projetos de Ciência Cidadã voltados ao levantamento de fauna e flora, estimulando a participação comunitária no monitoramento contínuo da biodiversidade. Complementarmente, destacou-se a necessidade de formar brigadistas comunitários capacitados em práticas de manejo adaptativo e de apoiar inventários sistemáticos de espécies, de modo a criar um banco de dados que subsidie decisões de manejo e fortaleça a conservação nos diferentes ecossistemas costeiros.

Apontou-se, ainda, a necessidade de revisar os Recursos e Valores (RVs) atualmente descritos no PELP, considerando os novos contextos e prioridades conservacionistas. Daniela Leite destacou que o PELP é um documento dinâmico, e informou que as chamadas públicas de 2025 contemplarão recursos da ordem de R\$ 3 milhões, com foco especial para planos de manejo. Diante da limitação orçamentária, foi apontada a necessidade de estabelecer critérios de priorização para a seleção e apoio às iniciativas, buscando equilibrar escala, impacto e representatividade territorial.

A comunicação foi destacada como ferramenta estratégica para ampliar o engajamento social e a valorização da biodiversidade, com menção especial ao papel dos pequenos projetos, que contribuem para a capilaridade territorial e o envolvimento das comunidades locais. Também foram mencionadas ações de restauração ambiental, que devem estar articuladas às estratégias de manejo, e o papel do ICMS Ecológico como instrumento complementar de financiamento para a conservação.

Após a discussão em assembleia, os participantes apresentaram proposições concretas para o aprimoramento das ações do Programa na Linha Temática de Manejo e Conservação.

Um dos principais encaminhamentos foi a necessidade de ações estruturadas de formação e fortalecimento dos conselhos gestores das Unidades de Conservação, tanto em nível estadual quanto municipal. Sugeriu-se que o Programa atue com apoio técnico e metodológico à estruturação desses conselhos, reconhecendo-os como instâncias essenciais para a governança ambiental participativa.

Foi recomendada a atualização dos RVs e o desenvolvimento de uma nova lista de espécies ameaçadas, por meio de processos colaborativos de sistematização e consulta técnica. Além disso, destacou-se a importância de analisar e divulgar os dados já existentes no território, com ênfase na identificação de pontos críticos para o monitoramento e a conservação.

No campo da comunicação, propôs-se a criação de campanhas públicas de sensibilização voltadas ao tema do manejo, fortalecendo o vínculo entre ciência, sociedade e conservação. Também foi destacada a necessidade de ações integradas voltadas à restauração ambiental e à proteção da fauna e flora, com apoio a projetos voltados à fauna terrestre e marinha, especialmente em territórios de comunidades tradicionais.

Sugeriu-se a formação de núcleos locais de apoio à implementação de estratégias de conservação, com foco na fauna, bem como o fortalecimento de ações integradas de manejo envolvendo identificação, monitoramento e conservação de espécies. Nesse sentido, apontou-se a importância de desenvolver protocolos específicos de manejo de fauna, especialmente no caso de espécies exóticas invasoras, e de elaborar planos de contenção e erradicação, com base em critérios científicos e validados em campo.

Outras propostas incluíram o incentivo à capacitação de lideranças comunitárias e técnicas locais, por meio de formações continuadas que contemplem o ciclo completo do manejo (diagnóstico, planejamento, execução e monitoramento). Também se sugeriu o apoio ao desenvolvimento tecnológico de iniciativas comunitárias, como o beneficiamento de espécies nativas, promovendo a integração entre conservação e geração de renda.

No âmbito da pesquisa, reforçou-se a importância de ampliar o investimento em estudos aplicados ao manejo e à conservação de espécies, com incentivo à formação de bancos de dados e à garantia de apoio técnico-científico contínuo. Por fim, reiterou-se a necessidade de valorizar projetos locais já em andamento, especialmente aqueles conduzidos por organizações comunitárias e iniciativas territoriais com histórico de atuação consolidada.

Na sequência, Rodrigo Condé apresentou a mesa temática sobre Uso Público, que foi dividida em dois eixos: Uso Público e Instrumentos Financeiros, com foco nos mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e ICMS Ecológico.

As discussões do primeiro eixo ressaltaram a necessidade de promover o acesso qualificado e sustentável às Unidades de Conservação (UCs), conciliando a conservação da biodiversidade com a valorização cultural e o desenvolvimento territorial.

Entre as principais oportunidades identificadas, destacaram-se o fortalecimento de atividades de turismo de natureza — como birdwatching, observação de fungos, rochas e ambientes subaquáticos — e de turismo de base comunitária. Adicionalmente, ressaltou-se a importância de implementar protocolos de contagem de visitantes e de capacidade de carga, apoiados em dados de monitoramento, para orientar o ordenamento das visitas. Propôs-se também o estímulo a programas de visitas escolares e comunitárias às UCs, bem como a padronização da infraestrutura de trilhas e da sinalização interpretativa, garantindo experiências educativas e seguras para todos os públicos.

A estruturação das UCs foi apontada como prioridade para o ordenamento do uso público, com ênfase na definição de linhas de base para decisões de manejo, requalificação de trilhas existentes e recuperação de áreas de visitação degradadas. Defendeu-se a adoção do conceito de ordenamento do uso, em substituição à lógica de mera restrição, como forma de promover o acesso consciente aliado à educação ambiental.

As contribuições também destacaram a integração com as comunidades locais, a valorização da memória e cultura territoriais e a participação social nos processos decisórios. A parceria com a iniciativa Grande Reserva Mata Atlântica (GRMA) foi mencionada como exemplo de articulação regional bem-sucedida. Além disso, discutiram-se tecnologias voltadas ao monitoramento de risco, como sensores de presença e câmeras, e estratégias para monitoramento climático, incluindo alertas para trombas d'água.

Entre os desafios identificados estão: a degradação ambiental associada ao excesso de visitantes; acidentes e resgates em áreas remotas; falta de padronização na comunicação com os usuários; e ausência de estudos sobre capacidade de carga dos ambientes. Foram também mencionados a desorganização dos dados existentes, a necessidade de capacitação de guias e formação de conselhos gestores, e a resistência à abertura de trilhas em áreas de proteção integral.

No segundo eixo, voltado aos instrumentos financeiros de apoio à conservação, o grupo discutiu as potencialidades e limitações dos mecanismos de PSA e ICMS Ecológico. Destacou-se a necessidade de ampliar a implementação dos PSAs em nível municipal, por meio da criação de marcos legais e do fortalecimento institucional das prefeituras. Foram citadas como boas práticas a Lei do PSA do município de Antonina, o Projeto PSA da Jussara e o Projeto Oásis da Fundação Boticário, que evidenciam a viabilidade da adoção desses instrumentos em diferentes realidades.

Ressaltou-se, ainda, a importância de integrar os PSAs a outras políticas públicas e arranjos produtivos sustentáveis, como a pesca artesanal, o manejo de áreas úmidas e o reflorestamento. Foram mencionadas novas possibilidades de financiamento, como créditos de carbono e por biodiversidade, além da necessidade de aproveitamento efetivo de recursos já mapeados, mas ainda subutilizados em algumas regiões.

Entre os desafios, apontaram-se falhas na tabela de valoração do ICMS Ecológico, falta de clareza sobre a origem e duração dos recursos, e a ausência de dispositivos legais que consolidem o PSA como política pública permanente. A capacitação de gestores e gestoras municipais para planejar, implementar e monitorar os programas de PSA foi indicada como prioridade estratégica.

Durante a assembleia, reforçou-se a necessidade de desenvolvimento de planos específicos por UC, elaborados com envolvimento de gestores, conselhos e comunidades locais. Tais planos devem considerar a realidade territorial, os tipos de visitantes, os atrativos existentes e os riscos associados. Sugeriu-se a capacitação das equipes gestoras para essa elaboração participativa, com apoio de metodologias que integrem conservação, educação ambiental e segurança.

Recomendou-se a criação de roteiros de capacitação para gestores e conselheiros, abordando temas como ordenamento do uso público, recepção de visitantes, sinalização interpretativa e monitoramento de impactos. A formação continuada de guias comunitários e operadores locais também foi destacada como estratégia fundamental para fortalecer o protagonismo local no turismo de base comunitária e fomentar a geração de renda nas áreas protegidas.

Outro ponto central foi a integração entre os planos de uso público e as estratégias de PSA, buscando alinhar incentivos econômicos à conservação. Sugeriu-se que PSAs voltados à visitação considerem não apenas a manutenção de ecossistemas, mas também o reconhecimento do papel ativo das comunidades na gestão de trilhas, estruturas de recepção e ações de monitoramento ambiental. Nesse contexto, os PSAs poderiam beneficiar diretamente guias, monitores e organizações comunitárias.

Também foi enfatizada a necessidade de fortalecer a relação entre PSA e turismo sustentável, sobretudo em UCs com demanda consolidada de visitação. Foram citados como exemplos projetos de turismo de base comunitária já existentes no litoral, como as trilhas em comunidades tradicionais e o projeto com raias desenvolvido pela Associação MarBrasil, que poderiam ser replicados ou ampliados com o apoio do Programa.

Entre as recomendações finais, sugeriu-se o desenvolvimento de um roteiro metodológico específico para a elaboração de planos de uso público, adaptado às características das UCs costeiras e marinhas, visando apoiar a construção participativa de diretrizes que articulem conservação, acesso ordenado e valorização territorial.

Propôs-se também a estruturação de um cadastro de atrativos e roteiros turísticos localizados no território de abrangência do Programa, com o objetivo de mapear oportunidades, qualificar a oferta turística e orientar ações de ordenamento e monitoramento.

Foi recomendada a identificação de áreas prioritárias para implementação de PSAs voltados ao uso público, com foco na valorização de iniciativas que conciliem visitação responsável com conservação da biodiversidade.

Adicionalmente, reforçou-se a importância de integrar iniciativas de PSA, ecoturismo e educação ambiental, com atenção especial à formação de jovens e ao engajamento de escolas locais. Por fim, foi ressaltada a necessidade de oferecer apoio técnico a projetos que articulem conservação ambiental, identidade cultural e turismo comunitário, reconhecendo o protagonismo das comunidades tradicionais na gestão sustentável dos territórios.

Durante a tarde, a equipe da DePropósito apresentou o Plano de Comunicação do Programa (Anexo III). Stephane, responsável por conteúdo e redes sociais, e Jéssica, pela assessoria de imprensa, explicaram a proposta de atuação, com o lançamento do site e do primeiro release já em desenvolvimento. Foram discutidas a autonomia das instituições para comunicação própria, a importância de seguir a identidade visual padronizada do Programa e a criação de uma agenda integrada com os projetos. Destacou-se o papel do Instagram oficial do Programa (@biodiversidade.litoralpr) e a proposta de criação de um canal no WhatsApp.

Márcio distribuiu tarjetas aos participantes, com o objetivo de levantar informações sobre as ações de comunicação que já vêm sendo desenvolvidas nos projetos apoiados, identificar desejos e lacunas percebidas pelas equipes, reunir sugestões para a empresa responsável pela comunicação institucional do Programa, e mapear possíveis sinergias interinstitucionais.

As perguntas distribuídas aos participantes foram formuladas a partir de quatro eixos reflexivos:

- O que fazem? – buscando identificar as práticas e ferramentas de comunicação que já estão sendo utilizadas em cada projeto ou instituição participante;
- O que gostariam de fazer? – estimulando a projeção de ações desejadas, inovações ou melhorias a partir das demandas de campo e dos contextos locais;
- Sugestões e oportunidades – com foco em ideias concretas que possam ser incorporadas pela equipe de comunicação do Programa, considerando formatos, linguagens, públicos e canais estratégicos;

- Sinergias institucionais – com o intuito de mapear articulações possíveis entre projetos, instituições e territórios, fortalecendo uma comunicação colaborativa e integrada.

As respostas dos participantes estão compiladas no Anexo IV.

Com base nas contribuições das instituições e projetos representados nas tarjetas, é possível observar um panorama rico e diversificado de iniciativas de comunicação voltadas à conservação e ao fortalecimento de UCs e territórios tradicionais no litoral paranaense.

As instituições atuam majoritariamente com ações como produção de conteúdo para redes sociais (posts, vídeos) e podcasts. Ainda assim, muitas destacam desafios recorrentes, como a ausência de recursos dedicados à comunicação, a sobrecarga de demandas técnicas e a baixa frequência ou efetividade das postagens institucionais.

Entre os desejos expressos, ganha destaque a vontade de ampliar a visibilidade das ações e territórios por meio de cartilhas, vídeos institucionais e educativos, campanhas interativas (como “você sabia?”), ações colaborativas de comunicação com outros projetos, além de produtos voltados à educação ambiental, especialmente para o público infantil e para comunidades locais.

Foram apontadas diversas sugestões e oportunidades, incluindo o uso de linguagens mais acessíveis, produção de materiais lúdicos, comunicação em múltiplos formatos (como TikTok e rádios comunitárias), narrativas que valorizem o protagonismo juvenil e feminino, e fortalecimento da identidade visual dos projetos. A sistematização das informações institucionais por meio de plataformas digitais e materiais de referência (como guias, cartilhas e banco de especialistas) também foi citada como uma necessidade comum.

No campo das sinergias institucionais, destacam-se propostas de articulação com universidades (UFPR, UNESPAR, IFPR), ONGs, órgãos públicos (ICMBio, IAT, IBAMA, prefeituras), conselhos comunitários e projetos parceiros. A criação de campanhas conjuntas, produção colaborativa de conteúdos e participação em eventos interinstitucionais foram indicadas como formas eficazes de integrar esforços, valorizar saberes locais e ampliar o alcance das ações.

Encerrando o encontro, Camila Domit conduziu a mesa sobre Gestão Socioambiental. A discussão evidenciou a importância de fortalecer os espaços de governança e articulação institucional nos territórios costeiros e marinhos, com ênfase na atuação dos conselhos gestores das UCs, dos comitês técnicos e dos grupos de trabalho (GTs) vinculados ao Programa.

Entre as principais oportunidades, destacou-se a necessidade de investir na estruturação e formação contínua dos conselhos gestores, incluindo a criação de cadeias

produtivas sustentáveis em áreas-piloto (por exemplo, 'Olha o Peixe') e a promoção de editais específicos para formação de lideranças. Foi ainda sugerida a instituição de fóruns intersetoriais — reunindo ZEE, PDS e PEM — como espaço permanente para articular políticas públicas e integrar ações de conservação, desenvolvimento e participação comunitária no território.

Foi ressaltado, ainda, o papel estratégico da educação ambiental como elemento transversal da gestão socioambiental, contribuindo para a valorização do pertencimento, para o diálogo entre saberes e para o fortalecimento das identidades locais. Indicou-se a importância de incorporar a abordagem da saúde única (One Health) e os direitos da natureza nas estratégias de sensibilização e formação.

Entre os principais desafios, foram apontadas a descontinuidade dos conselhos gestores, a fragilidade de suas conexões com políticas públicas locais, e a falta de articulação entre diferentes instâncias deliberativas. Destacou-se, ainda, a baixa rotatividade, o esvaziamento de representações e a ausência de diálogo efetivo com as comunidades como entraves à gestão integrada.

Diante desses desafios, os participantes sugeriram a realização de cursos de formação para conselheiras e conselheiros, com foco no papel de representação, na leitura territorial e na capacidade de articulação política.

Entre as sinergias identificadas, ressaltou-se a convergência entre conservação, desenvolvimento sustentável e justiça social, com foco na valorização dos territórios tradicionais e na participação ativa das comunidades. O olhar territorial, a articulação com arranjos de base comunitária e a integração com políticas públicas já existentes foram reconhecidos como pontos-chave para uma gestão socioambiental efetiva e transformadora.

As contribuições da assembleia reforçaram a necessidade de uma atuação estruturante, baseada na participação social, na escuta ativa dos territórios e na valorização das experiências locais de gestão e conservação.

A qualificação e o fortalecimento dos conselhos gestores das UCs foram apontados como prioridade estratégica, com destaque para a ampliação da representatividade, a diversidade de perfis entre os membros e a superação dos desafios relacionados à rotatividade e ao esvaziamento desses espaços. Sugeriu-se a promoção de formações contínuas, voltadas ao papel técnico e político dos conselhos, à leitura de território e à articulação com políticas públicas. Também se indicou o incentivo à adesão dos conselhos ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e à formalização junto ao Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas (CNEA), como formas de ampliar sua legitimidade e acesso a oportunidades.

Paralelamente, destacou-se a importância de estruturar uma instância de governança ampliada, de caráter intersetorial e interterritorial, capaz de articular

diferentes níveis de governo, organizações da sociedade civil, comunidades tradicionais, setor acadêmico e setor produtivo. Essa instância teria o papel de coordenar agendas, fomentar parcerias, promover a transparência nas decisões e alinhar as ações do Programa às realidades locais e às políticas públicas em vigor.

As contribuições também evidenciaram a necessidade de reconhecer e fortalecer o papel das comunidades tradicionais, suas formas de organização e conhecimentos territoriais. Propôs-se a construção de protocolos participativos de gestão das UCs, com inclusão ativa dos povos e comunidades tradicionais, respeitando seus modos de vida e prioridades. Reforçou-se, ainda, a importância de promover a inserção qualificada desses grupos nos espaços de decisão, por meio de formações específicas e do fortalecimento de suas próprias instâncias representativas.

Outro ponto central foi o estímulo à elaboração de planos de manejo participativos, que integrem conhecimentos técnicos e científicos aos saberes locais. O envolvimento das comunidades desde o diagnóstico até a implementação foi considerado fundamental para garantir a efetividade e a legitimidade dos planos, bem como sua adequação às dinâmicas socioterritoriais. Defendeu-se, ainda, a criação de mecanismos de fiscalização e controle social dos recursos aplicados, além do apoio à atuação de organizações comunitárias como agentes de monitoramento social e ambiental.

Por fim, os participantes sugeriram a realização de oficinas temáticas regionais, com foco em temas como regularização fundiária, uso público, gestão de conflitos, educação ambiental e turismo sustentável. Essas oficinas promoveriam espaços de escuta qualificada, troca de experiências e construção coletiva de soluções, contribuindo para consolidar uma agenda comum entre os diversos atores que atuam na conservação da biodiversidade e no fortalecimento das políticas públicas territoriais.

As contribuições da assembleia indicam, portanto, um caminho claro para o fortalecimento da governança do Programa: garantir coerência entre ações e políticas públicas, fortalecer institucionalmente os conselhos e valorizar os saberes, práticas e protagonismos locais. Esse processo demanda continuidade, investimentos em formação e o uso de metodologias participativas que assegurem a corresponsabilidade dos diversos atores na gestão do território.

O evento foi encerrado com uma rodada de avaliação entre os participantes, consolidando os aprendizados, propostas e encaminhamentos (Anexo V).

#### **Anexo I – Lista de presença**

#### **Anexo II – Apresentação dos resultados das oficinas do Encarte de Monitoramento do Programa – Consultora Mariana Gogola**

#### **Anexo III – Apresentação do Plano de Comunicação – Empresa DePropósito**

**Anexo IV – Compilado das respostas dos participantes quanto à Comunicação do Programa**

**Anexo V – Resultado da avaliação dos participantes quanto ao evento**

**Encaminhamentos e Sugestões por Linha Temática**

Linha Temática	Encaminhamentos / Sugestões
Proteção	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Adotar Inteligência Artificial para análise padronizada de dados de infrações;</li> <li>● Implementar ferramenta SMART financiada pelo Programa Estruturar o LAGEAMB como repositório central de dados, com Núcleo de Gestão Territorial e Inteligência;</li> <li>● Mobilizar OC2 para desenho de estratégias estaduais;</li> <li>● Produzir materiais de orientação à população sobre denúncias ambientais;</li> <li>● Destinar recursos para contratação de pessoal e infraestrutura;</li> <li>● Envolver comunidades via Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e guarda-parques;</li> <li>● Sensibilização de estudantes para fiscalização participativa;</li> <li>● Aumentar transparência nos processos de denúncia;</li> <li>● Modernizar detecção de infrações (gravações sonoras, PREPs integrado ao Global Fishing Watch);</li> <li>● Realizar curso de capacitação em PREPs (23–24/04, Florianópolis);</li> <li>● Atualizar cadastro da pesca e melhorar acesso aos dados;</li> <li>● Articular com IBAMA sobre fiscalização de embarcações de grande porte;</li> <li>● Capacitar equipes de identificação para fiscalização de espécies e infrações;</li> <li>● Formar Grupo de Trabalho de fiscalização terrestre e pesqueira;</li> <li>● Implementar sistema de alarme e monitoramento de perímetro das UCs;</li> <li>● Integrar Educação Ambiental à vigilância comunitária.</li> </ul>
Estruturação e Consolidação das UCs	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Apresentar o SAMGe a governo estadual e prefeituras;</li> <li>● Consolidar e priorizar três eixos: políticas públicas &amp; financiamento; regularização fundiária &amp; reconhecimento territorial; integração comunitária &amp; monitoramento;</li> <li>● Apoiar municípios na implementação de PSAs e elaborar cartilhas sobre ICMS Ecológico;</li> <li>● Realizar diagnósticos dominiais e levantamentos fundiários em UCs (incluir em futuras chamadas);</li> <li>● Estimular atuação direta do Instituto Água e Terra (IAT);</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Demarcar e sinalizar limites de UCs;</li> <li>• Promover cartografia social e etnomapeamentos participativos com comunidades tradicionais.</li> </ul>
Manejo e Conservação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar Núcleo Cooperativo de Inteligência Ambiental para integrar informações estratégicas;</li> <li>• Revisar e atualizar os planos de manejo das UCs e reativar conselhos gestores;</li> <li>• Alinhar planos de manejo com Planos de Ação Nacionais (PANs) e diretrizes técnicas;</li> <li>• Desenvolver planos de pesquisa integrados a partir das demandas dos planos de manejo;</li> <li>• Atualizar colaborativamente lista de espécies ameaçadas Sistematizar e divulgar dados existentes, identificando “hotspots” críticos;</li> <li>• Formar e capacitar continuamente conselhos gestores de UCs em governança participativa;</li> <li>• Comunicar ciência e conservação via campanhas públicas integradas;</li> <li>• Articular ações de restauração ambiental e manejo de fauna terrestre e marinha, incluindo protocolos para espécies invasoras;</li> <li>• Apoiar núcleos locais de manejo de fauna e fortalecer iniciativas comunitárias de beneficiamento de espécies nativas;</li> <li>• Incentivar pesquisas aplicadas ao manejo, com bancos de dados científicos atualizados;</li> <li>• Criar protocolos e ações de controle de espécies exóticas e invasoras;</li> <li>• Promover formação de brigadistas comunitários para suporte a manejo e monitoramento;</li> <li>• Incentivar projetos de Ciência Cidadã para pesquisa e manejo de espécies;</li> <li>• Apoiar inventários de espécies para subsidiar planos de manejo;</li> <li>• Orientar dispositivos legais para PSA e ICMS em ações de manejo;</li> <li>• Mapear oportunidades de crédito de carbono para financiamento de manejo e restauração.</li> </ul>
Uso Público	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover turismo de natureza (birdwatching, observação subaquática) e turismo comunitário, conciliando conservação e desenvolvimento cultural;</li> <li>• Definir ordenamento de uso em UCs: zonificação de trilhas, requalificação de áreas degradadas, planos de uso público em vez de mera restrição;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integrar comunidades locais e valorizar memória cultural nos processos decisórios;</li> <li>• Implantar sensores e câmeras para monitoramento de risco e alertas climáticos (ex.: trombas d'água);</li> <li>• Capacitar guias e operadores comunitários; estruturar conselhos com foco em ordenamento de visitação;</li> <li>• Ampliar instrumentos financeiros: PSAs municipais, ICMS Ecológico; aprender com exemplos de Antonina, Jussara e Oásis (Fundação Boticário);</li> <li>• Integrar PSAs a políticas públicas e arranjos produtivos (pesca artesanal, manejo de áreas úmidas);</li> <li>• Explorar créditos de carbono e biodiversidade como novas fontes de financiamento;</li> <li>• Calibrar tabelas de valoração do ICMS Ecológico e esclarecer legalidades;</li> <li>• Desenvolver planos de uso público específicos por UC, contemplando tipos de visitantes, atrativos e riscos;</li> <li>• Criar roteiro metodológico para elaboração de planos de uso público adaptados ao contexto costeiro-marinho;</li> <li>• Mapear e cadastrar atrativos turísticos e roteiros na área do Programa;</li> <li>• Identificar áreas prioritárias para PSAs voltados ao uso público Integrar PSA, ecoturismo e educação ambiental, com ênfase em jovens e escolas;</li> <li>• Expandir aplicação da Lei do PSA de Antonina para outros municípios;</li> <li>• Explorar créditos de biodiversidade e programas LIFE (FEMA estadual);</li> <li>• Desenvolver protocolos para contagem de visitantes e capacidade de carga baseada em dados;</li> <li>• Fomentar infraestrutura de trilhas e sinalização padronizada;</li> <li>• Estabelecer plano de visitas escolares e comunitárias nas UCs.</li> </ul>
<b>Gestão Socioambiental</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer conselhos gestores, com formação continuada e representação diversa (comunidades tradicionais, OSCs, setor público, setor acadêmico);</li> <li>• Investir em educação ambiental, abordando abordagem One Health e direitos da natureza;</li> <li>• Promover a formalização dos conselhos no SNUC e Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas (CNEA);</li> <li>• Criar instância de governança ampliada, intersetorial e interterritorial, articulando múltiplos atores e níveis de governo;</li> <li>• Elaborar protocolos participativos para gestão das UCs, assegurando inclusão ativa de povos e comunidades tradicionais;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver planos de manejo participativos que integrem saberes locais e técnicos, com mecanismos de monitoramento social e ambiental;</li> <li>• Organizar oficinas regionais temáticas (regularização fundiária, uso público, gestão de conflitos, educação ambiental, turismo sustentável);</li> <li>• Incentivar a criação de fóruns participativos multiescalares para diálogo contínuo entre atores;</li> <li>• Desenvolver cadeias produtivas sustentáveis em áreas piloto (ex: Olha o Peixe);</li> <li>• Sistematizar e atualizar banco de dados de atores e iniciativas territoriais;</li> <li>• Promover editais e cursos para formação de lideranças e conselhos municipais;</li> <li>• Organizar fóruns intersetoriais com ZEE, PDS e PEM para integração territorial;</li> <li>• Implementar programas de Ciência Cidadã e visitação comunitária.</li> </ul>
--	---

## Comunicação

Categoria	Sugestões
<b>Canais e plataformas</b>	Lançar e gerir o site institucional e o release inicial; consolidar o Instagram oficial (@biodiversidade.litoralpr); criar canal no WhatsApp; incentivar a autonomia de canais próprios pelas instituições executoras
<b>Conteúdos e formatos</b>	Produzir conteúdo multimídia: posts, vídeos e podcasts; desenvolver cartilhas, vídeos educativos e campanhas interativas (“Você sabia?”); valorizar narrativas que promovam o protagonismo juvenil e feminino
<b>Linguagem e identidade visual</b>	Adotar linguagens acessíveis; criar materiais lúdicos; explorar formatos emergentes (TikTok, rádios comunitárias); reforçar a identidade visual padronizada do Programa e dos projetos apoiados
<b>Recursos e capacitação</b>	Destinar recursos humanos e materiais exclusivos para comunicação; capacitar equipes em produção de conteúdo e gestão de canais digitais; elaborar cartilhas de orientação interna sobre boas práticas de comunicação.
<b>Sistematização de produção</b>	Organizar informações em plataformas digitais e materiais de referência (guias, cartilhas, banco de especialistas) para facilitar o compartilhamento, a consulta e a atualização contínua dos conteúdos institucionais
<b>Sinergias institucionais</b>	Articular campanhas e conteúdos conjuntos com universidades (UFPR, UNESPAR, IFPR), ONGs, órgãos públicos (ICMBio, IAT, IBAMA, prefeituras) e projetos parceiros; promover participação em eventos interinstitucionais e ações colaborativas

